

CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE MANAUS

CONDITIONS OF ACCESSIBILITY FOR PEOPLE WITH DISABILITY IN MANAUS

ROSANGELA SANTOS DA SILVA*, KATHYA AUGUSTA THOMÉ LOPES**

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar a situação real da cidade de Manaus em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência e cotejar as normas de acessibilidade da ABNT 9050 com os aspectos sociais de autonomia. Utilizamos a metodologia da observação sistemática, buscando coletar e analisar os dados de forma qualitativa. Sendo assim, o universo desta pesquisa foram as áreas de lazer, zonas urbanas e no entorno de hospitais e postos de saúde. Foi diagnosticado tanto o ambiente interno como externo dessas áreas. Resultados: A amostra esteve representada por 28 locais, dentre áreas urbanas, representadas pelos terminais de ônibus; áreas de lazer, representadas por parques, cinemas, estádios, shopping, e no entorno de hospitais e postos de saúde. Totalizando 82 ruas e 9 locais que foram observados também seu ambiente interno. Os resultados da análise nos levou a inferir que a cidade de Manaus, nos locais onde foi realizada a coleta de dados, não garante acessibilidade à pessoa com deficiência. Conclusão: A falta de acessibilidade pode ser uma barreira que põe o deficiente em desvantagem. Garantir a cidadania para essas pessoas e dar-lhes autonomia e condições de domínio sobre o ambiente físico e social.

Palavras-chave: Acessibilidade; Autonomia; Deficiente.

ABSTRACT

The objective of this research was to identify the real situation of the city of Manaus, regarding the accessibility of the people with disability and compare the accessibility rules of ABNT 9050 with the social aspects of autonomy. We used the methodology of the systematic observation, seeking the collection and analyzing the data in a qualitative way. This way, the environment of this research were the leisure areas, urban zones and around the hospitals and health posts. It was diagnosed both the internal and external environment of these areas. Results: The sample was represented by 28 locations, among urban areas, represented by the central buses stations; leisure areas, represented by parks, movie theaters, stadiums, mall, and around the area of hospitals and health posts. Totalizing 82 streets and 9 locations in which were also observed the internal environment. The results of the analysis led us to deduce that the city of Manaus, in the locations where were collected the data, does not guarantee accessibility for people with disabilities. Conclusion: The lack of accessibility can be a barrier that puts the deficient person in disadvantage. To guarantee the citizenship for these people and to give them autonomy and conditions of the physical and social environment.

Keywords: Accessibility; Autonomy; Disability.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo investigar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência em alguns pontos da cidade de Manaus, e apontar de que forma essas

condições estão relacionadas com a questão da cidadania e da autonomia dessas pessoas. O objetivo da acessibilidade é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade ao deficiente. Assim sendo, arquitetos, projetistas ou responsáveis pelas políticas públicas devem rever a forma de

* Professora de Educação Física do Programa de Atividades Motoras para Deficientes - PROAMDE/UFAM.

** Professora Doutora da Faculdade de Educação Física da Ufam.

conceber os espaços, os objetos, de modo que eles possam oferecer segurança, eficácia e acima de tudo que o deficiente possa se dirigir a eles com autonomia e independência. As intervenções de aumento de acessibilidade trazem benefícios diretos às pessoas com deficiência. Oferecem-lhes condições de exercer com autonomia o seu direito de ir e vir, ampliando as suas possibilidades de deslocamento e aumentando sua segurança. Gerar acessibilidade, entretanto, é fundamental para promoção da cidadania da pessoa com deficiência, mas não é suficiente. É preciso criar condições para que a pessoa deficiente possa agir em direção de seus objetivos com autonomia e independência. Assim, o foco principal deste projeto foi verificar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência na cidade de Manaus e identificar como esses aspectos podem influenciar na falta de autonomia dessas pessoas. Pois o início do processo é caracterizado pela disponibilidade de ir e vir de qualquer pessoa na medida em que ela desejar, e as barreiras arquitetônicas são impedimentos para a concretização do processo de autonomia dessas pessoas.

MÉTODO

Para o desenvolvimento deste trabalho, dividimos a amostra em três blocos para início da coleta de dados da pesquisa, que ficou assim distribuído: Áreas de lazer, áreas urbanas, hospitais e postos de saúde, distribuídos pelas seis zonas da cidade de Manaus. Apesar de ter sido solicitada a autorização para coleta de dados, muitos órgãos não permitiram os registros fotográficos dos ambientes internos eleitos para a pesquisa, mesmo tendo a garantia de que ao final da pesquisa não seriam identificados os nomes dos locais referidos. Nos ambientes pesquisados foram coletadas amostras do aspecto físico de áreas externas e internas desses locais sendo assim consideradas:

Área Externa - relacionada ao caminho percorrido que uma pessoa normalmente faria

para chegar a um determinado local, supondo que ela poderia chegar de carro próprio ou de ônibus, registramos o trajeto levando em consideração os aspectos como parada de ônibus, rampas, barreiras arquitetônicas urbanísticas e nas edificações. Área Interna - relacionada ao acesso a esses lugares levamos em consideração a entrada e saída, estacionamento, mobiliários e banheiros.

O estudo constou de duas partes:

a) 1.^a Parte: Parte teórica. Realizada por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos pesquisados em bibliotecas virtuais para compor a fundamentação teórica da pesquisa.

b) 2.^a Parte: Pesquisa de campo. Procedimentos de pesquisa qualitativa das condições de acessibilidade dos ambientes: zonas urbanas, áreas de lazer e entorno dos hospitais públicos da cidade de Manaus.

O trabalho trata de uma observação sistemática, cujos resultados poderão ser utilizados como base para adequação ou construção de ambientes mais acessíveis para pessoas com deficiência na cidade de Manaus.

Definimos os locais e aspectos que constituíram questionamentos para o material de investigação: Aspectos físicos: parada de ônibus, rampas, barreiras arquitetônicas urbanísticas e nas edificações, mobiliários e equipamentos urbanos, estacionamentos, banheiros, transporte. Levando em consideração o trajeto que uma pessoa normalmente faria para chegar ao local determinado e no acesso à visitação a esses lugares supondo que poderia chegar de ônibus ou de carro próprio. Os locais selecionados foram:

Zona Urbana: no entorno dos terminais: locais e interestadual, no entorno dos postos de saúde. Nas áreas de lazer: entorno do Teatro Amazonas, entorno Amazonas Shopping, Studio 5, Complexo Ponta Negra. Entorno de hospitais públicos: Hemoam, HUGV, Fundação de Medicina Tropical, Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, João Lúcio.

ANÁLISE DOS DADOS

A **análise estatística** do trabalho distingue essencialmente duas fases: Uma primeira fase em que se procura descrever e estudar a amostra: Estatística Descritiva; e uma segunda fase em que se procura extrair conclusões para a população: Estatística Indutiva.

RESULTADOS

A seguir estão descritos os resultados divididos em áreas externas e áreas internas.

1. Áreas Externas

A coleta e análise dos dados foram realizadas a partir do estabelecimento de quais aspectos físicos dos locais da pesquisa seriam fundamentais para a promoção da acessibilidade com autonomia para pessoas com deficiência na cidade de Manaus. De acordo com as normas 9050 da ABNT, levamos em consideração os seguintes aspectos: rampa única, rampa em passeio com faixa de travessia, parada de ônibus próxima do local específico, barreiras arquitetônicas, entrada e saída de pessoas. Estes foram classificados de acordo com sua real situação como: adequado, inadequado, inexistente e não aplicável.

1.1 Zona Urbana

Este bloco está representado pelos terminais municipais e o terminal interestadual, rodoviária, de Manaus. No entorno destes locais foram feitas as observações em 28 ruas. Os resultados revelaram as seguintes características:

Rampa única

Diz respeito à rampa de passeio que não está necessariamente em faixa de travessia, deve atender às normas da ABNT e estar adequada para utilização. Quanto a este item, 3,6% das ruas estavam *inadequadas* para uso e em 96,4% das ruas observadas eram *inexistentes*.

Rampa em passeio com faixa de travessia

32,1% das ruas no entorno dos locais estavam *inadequadas* e em 19% *inexistentes*.

Paradas de ônibus

Das 28 ruas observadas, 10,7% possuíam paradas de ônibus mais próximas dos locais e foram classificadas como *inadequadas*, em função da inexistência de rampas adequadas que permitissem acesso às pessoas com deficiência.

Barreiras arquitetônicas

São impedimentos da acessibilidade, natural ou resultante de uma implantação arquitetônica ou urbanística. Em 28,6% das ruas observadas encontramos barreiras como esgotos sem tampas próximos às rampas e faixas de travessia, meio-fio sem rampa que dificulta a travessia de uma rua, lixeiras nas calçadas, camelôs e escadas desnecessárias.

Entrada e saída de pessoas

Levamos em consideração o trajeto que a pessoa normalmente faria para chegar ao local determinado e observamos até o ponto de entrada e saída de pessoas a este local. Os *acessos de entrada e saída* destes locais estavam localizados em 17,9% do total da amostra e foram classificados como *inadequados* por não possuírem rampas adequadas às normas de acessibilidade.

1.2 Entorno das áreas de Lazer

Neste grupo serão descritos os resultados dos locais de lazer selecionados, shoppings, cinemas, estádios de futebol e parques da cidade de Manaus. Entorno destes locais foram observadas 21 ruas.

Rampa única

Em se tratando deste item 28,6%, das ruas estavam adequadas e em 71,4% não existem rampas para acesso.

Rampa de passeio com faixa de travessia

Somente 9,5% estavam adequados, 23,8% inadequados e em 66,7% das ruas observadas não existem rampas nas faixas de travessia inviabilizando o acesso.

Paradas de ônibus

Em 57,1% das ruas as paradas de ônibus estavam localizadas mais próximas dos locais de lazer e foram classificadas como inadequadas por não haver rampas para acesso do deficiente.

Entrada e saída

Em se tratando agora das ruas de acesso de entrada e saída de pessoas nestes ambientes, 14,3% estavam adequadas, ou seja, possuíam rampas, e 47,6% eram inadequadas.

Barreiras Arquitetônicas

Foram encontradas barreiras de impedimento (esgoto sem tampa, grelha com lixo em frente às rampas, escadas e estacionamentos inadequados) em 42% das ruas, que impedem o acesso de pessoas com deficiência a estes locais.

1.3 Entorno de Hospitais e Postos de Saúde

De acordo com as observações no entorno dos hospitais e postos de saúde selecionado para esta pesquisa em 33 ruas detectamos as seguintes características:

Rampa única

Com relação a este aspecto, 9,1% estavam adequadas e permitiam o acesso aos ambientes; 6,1% eram inadequadas, ou seja, não atendiam às normas de adequação da ABNT e em 84,8% das ruas observadas não existiam rampas de acesso.

Rampa de passeio com faixa de travessia

Detectou-se que em 93,9% da amostra não existiam rampas em faixas de travessia e somente 6,1% possuíam, mas eram inadequadas.

Paradas de ônibus

As paradas de ônibus que estavam localizadas mais próximas dos locais encontravam-se em 39,4% das ruas e foram caracterizadas como inadequadas, pois não possuíam rampas adequadas.

Entrada e saída

Com relação ao local de entrada e saída de pessoas destes ambientes, somente 3% eram adequadas e 33,3% foram diagnosticadas como inadequadas.

Barreiras Arquitetônicas

Em 24,2% das ruas observadas, foram encontradas barreiras ou impedimentos da acessibilidade arquitetônica ou urbanística, como por exemplo, lixeiras nas calçadas, escadas desnecessárias e falta de estacionamento adequado.

2. Áreas Internas

Alcançaram-se os resultados das áreas internas (shoppings, estádios de futebol, parques, terminal interestadual, porto) a partir do que estabelecemos dos aspectos físicos dos locais, considerando os pontos fundamentais para o acesso com autonomia dentro das dependências internas dos locais eleitos (totalizando 9 locais) para pesquisa. De acordo com as normas 9050 da ABNT, levamos em consideração os seguintes aspectos: estacionamentos, rampa única, espaços reservados em locais de reunião, telefones públicos, bebedouros, textura diferenciada de pisos em rampas e escadas, elevadores e banheiros adaptados. Estes foram classificados de acordo com sua real situação como: adequado, inadequado, inexistente e não aplicável.

Estacionamento com vagas sinalizadas

Com relação a este aspecto, somente 12,5% estavam adequados; em 87,5% não existiam estacionamentos adaptados para as pessoas com deficiência, dificultando o acesso e segurança delas.

Rampa única

Detectou-se que em 37,5% da amostra as rampas eram adequadas e em 62,5% não existiam rampas.

Espaços reservados em locais de reunião

Este item refere-se a espaços adequados reservados, por exemplo, em salas de cinema e estádios. Estes espaços devem garantir lugares próximos para a pessoa deficiente e seus acompanhantes. 50% dos ambientes pesquisados deveriam atender a essas necessidades, mas 37,5% foram inadequados e em 12,5% não existe tal aspecto.

Telefones Públicos

Os telefones para pessoas com deficiência devem atender os requisitos de acessibilidade permitindo a sua utilização por pessoas com deficiência física e sensorial auditiva parcial. Sempre que houver um conjunto de telefones de uso público, pelo menos um deles deve atender às condições das pessoas deficientes. Somente 12,5% dos locais observados possuíam este item adequadamente, 50% foram inadequados e em 37,5% dos locais não existiam telefones adaptados.

Bebedouros

Este item deve atender às pessoas com deficiência física e devem permitir a aproximação da cadeira de rodas e ser acessíveis. Ter uma altura de 80 cm e com dispositivos que permitam operação manual. 12,5% dos locais eleitos possuíam bebedouros adequados e em 62,5% inadequados, 37,5% não existiam estes itens.

Textura diferenciada em piso nas escadas e rampas

Os degraus e escadas fixas devem ter texturas diferenciadas para garantir acesso aos deficientes visuais.

Em 100% dos lugares selecionados não possuíam este aspecto de acesso.

Elevadores

Junto às portas de elevadores deve ser

afixado o Símbolo Internacional de Acesso. Ter comunicação tátil e comunicação auditiva quando tiver um número de paradas superiores a dois. Em 25% dos locais observados encontramos elevadores e eram inadequados.

Banheiros Adaptados

Os sanitários devem possuir bacia adaptada na lateral e no fundo com barras para apoio e transferência, o assento deve estar a uma altura de 0,46 m do piso. O boxe tem de permitir ao deficiente a transferência frontal e lateral para a bacia sanitária e a porta do boxe deve ser aberta para fora. 62% dos locais possuíam banheiros inadequados ao uso por pessoas com deficiência e somente 37,5% eram adequados e seguiam as normas exigidas pela ABNT.

DISCUSSÃO

A conquista da autonomia e da independência é uma característica da cidadania, esta ação possui relação direta com o bem-estar do indivíduo e o meio em que ele está inserido. A falta de acessibilidade aos espaços públicos e/ou privados para pessoas com deficiência constitui-se em barreiras concretas que os põem em situação de desvantagem. Na maior parte das vezes o deficiente é visto pela sociedade pela sua deficiência e pelas suas potencialidades, pois não tem a oportunidade de demonstrar suas potencialidades em função da dificuldade em interagir fisicamente com as outras pessoas, pois não consegue ter acesso aos locais públicos, conseqüentemente as outras pessoas não têm conhecimento sobre aquela. Segundo Marques¹, as pessoas deficientes vêm buscando tornar visível as suas diferenças no sentido de desmistificar a imagem social que constantemente lhes é imposta. A eliminação de barreiras pode contribuir para que sejam equiparadas as oportunidades dando mais autonomia e independência à pessoa com deficiência. Ponderando essas considerações, o resultado do nosso trabalho nos levou a detectar

que a cidade de Manaus, nos locais em que foram avaliados, não pode ser dita como uma cidade acessível ao deficiente. A amostra esteve representada por 28 locais, dentre áreas urbanas, representadas pelos terminais de ônibus; áreas de lazer, representadas por parques, cinemas, estádios, shoppings, e no entorno de hospitais e postos de saúde. Totalizando 82 ruas e 9 locais que foram observados também seu ambiente interno.

Pequenas reformas podem ser efetuadas visando proporcionar o acesso ao deficiente, rampas em lugar de escadas, portas mais largas, textura diferenciada etc., podem ser necessárias em alguns lugares. De acordo com o resultado vimos que muitos desses aspectos eram inadequados ou inteiramente inexistentes. Segundo Costa⁸, cidadania diz respeito à autonomia da sociedade, no sentido de ela ter condições de traçar suas políticas. Fazendo um paralelo a esta afirmação, acreditamos que sem a questão da acessibilidade o deficiente não está tendo a oportunidade de agir com autonomia e ir ao encontro de seus objetivos. Estudos como este podem contribuir para fomentar novas perspectivas de planejamento urbano, contribuindo para a autonomia da pessoa com deficiência, transformando o espaço que, acima de tudo, é utilizado por todos os grupos da sociedade.

REFERÊNCIAS

1. MARQUES, C. A. A estetização do espaço: perspectivas de inserção ou de exclusão da pessoa portadora de deficiência. *Temas desenvolv.*; 8(47): 10-6, nov.-dez., 1999.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Adequação das Edificações e do mobiliário Urbano à pessoa Deficiente. 2. ed. Rio de Janeiro, 1991, p. 81.
3. Acessibilidade e desenho universal *Jornal da APBB* n. 9, ago./set., 1996.
4. AMIRALIAN, M. L. T, et al. Conferência a deficiência. *Rev. Saúde Pública*, 34 (1): 97-103, 2000. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp>

5. BRASIL, Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, DOU, de 20/12/ 2000.
6. BEUCHAMP T. L, CHILDRESS, J. F. *Principles of Bioemdcial Ethics*. 4. ed. New York: Oxford, 260 p., 1994.
7. BOBBIO, N. *A era dos direitos*. 8. ed. Rio de Janeiro, 1992, p. 67-141.
8. COSTA, C. M. M. As contradições da cidadania na sociedade brasileira. Santa Maria-RS. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Sparta/4021/cidadania.html>>
9. CARMO, A. A. *Deficiência Física: A sociedade brasileira cria recupera e discrimina*. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.
10. FERREIRA, M. R; BOTOMÉ S. P. *Deficiência física e inserção Social: A formação dos recursos Humanos*. Caxias do Sul: EDCS, 1984.
11. GUIMARÃES, Marcelo P. O papel social ativo através da arquitetura. In: *Curso básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico e VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico*, 1994. Anais do... Brasília: Corde, p. 91, 1994.
12. LUDKE, M; ANDRE, M. E. D. *A Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.
13. MANTOAN, Maria Tereza Eglær. A inclusão escolar de deficientes mentais: Contribuição para debate». In: *Revista Integração*, Brasília, ano 7, n. 19, p. 50-57, 1997.
14. MANTOAN, M. T. E. *Ser ou estar, eis a questão: Explicando o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA, p. 137-154, 1997.
15. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps): um manual de classificação das conseqüências das doenças*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social. Secretaria Nacional de Reabilitação, p. 35-40, 1995.
16. PRADO, A. R. A. Integrando a pessoa com deficiência e o idoso à cidade. In: *Informativo*

- Jurídico do Cepam*, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, ano XI, n. 6, p. 65-71, junho, 1996.
17. PRADO, A. R. Algumas dificuldades de uma pessoa portadora de deficiência. In: *Informativo Jurídico do Cepam*, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, ano XI, junho, p. 7-12, 1996.
18. REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO. Pessoas com deficiência e profissionais do setor. Ano VI, n. 33, julho/agosto, 2003.
19. SÁ, E. D. *Acessibilidade: As pessoas cegas e itinerário da cidadania*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2000. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com>>
20. KANT, I. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*. Rio de Janeiro: Ediouro, p. 70-1, 79.
21. VIEIRA, Liszt. Global Citizenship and the National State. *Dados*, v. 42, n. 3, p. 395-419. ISSN 0011-5258, 1999.